

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PÓS-GRADUAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

RENATA DE ROCCO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL:UM OLHAR CRÍTICO**

PONTA GROSSA

2014

RENATA DE ROCCO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR CRÍTICO**

Artigo apresentado a Universidade Federal do Paraná, como requisito a conclusão do curso de Pós Graduação em Coordenação Pedagógica.

Orientador: Antônio Charles Santiago

PONTA GROSSA

2014

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR CRÍTICO**

### **Resumo:**

A discussão ora proposta é resultado final do curso de especialização em Coordenação Pedagógica, cursada na Universidade Federal do Paraná e versa sobre a gestão escolar e sua ação com relação ao processo de Inclusão Educacional de crianças com necessidades especiais na escola regular. O estudo justifica-se pela necessidade de promover alguns debates em relação à política de inclusão vigente. Atualmente, muito se fala em inclusão, sem que se faça a necessária reflexão a respeito do tema, analisando as condições ideais para sua implementação, mas principalmente as condições reais e até mesmo ocultas, desse processo. É importante ressaltar que a inclusão é amparada por inúmeras leis que garantem o acesso e a permanência no sistema regular de ensino, e essa pesquisa busca compreender como essas leis estão sendo aplicadas na escola, bem como a gestão escolar se posiciona frente a essa realidade.

**Palavras Chave:** inclusão educacional, política, gestão escolar.

### **1. Introdução**

Sendo a Inclusão um assunto muito questionado na atualidade, principalmente, no que se refere à educação, é oportuno suscitar alguns questionamentos, tendo em vista a eficácia desse processo na atual conjuntura em que se encontra a educação.

Em toda a história as pessoas que tinham alguma necessidade especial se mantinham segregadas, muitas vezes elas eram excluídas dentro da própria família. Movimentos isolados em prol da integração na sociedade da deficiência sempre existiram desde a Idade Média (GODOY, 2002). Nessa época as pessoas com deficiência eram apedrejadas ou lançadas às fogueiras da inquisição, pois se acreditava que essas pessoas estavam possuídas pelo demônio, justificando assim esses atos. No Brasil somente a partir do século XX é que começaram a surgir ações pontuais em forma de lei que amparam o atendimento as pessoas com necessidades especiais.

### **2. Trajetória da educação especial no Brasil.**

Analisando historicamente a Constituição Brasileira em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais, destacamos que a

Constituição de 1824 e 1891, apenas garante o direito a igualdade, mas não mencionam nada em relação aos indivíduos com alguma debilidade física ou mental. A Constituição de 1934 pode ser considerada o marco inicial do direito a inclusão, pois, no seu artigo 138, afirmava-se o amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e fomentando os serviços sociais. Depois dessa, quase nada se altera no texto da lei até a Constituição de 1967, que trás a garantia de uma educação especial gratuita, assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país, favorecendo a recolocação da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho, inclusive nos serviços públicos.

Foi somente no final da década de 60 que surgiram movimentos para inserir pessoas com deficiência na educação, esporte, lazer tentando romper uma ideia de segmentação (OLIVEIRA-MENEGOTO, MARTINI e LIPP, 2010, *apud* SAAD, 2003). Surgem aí as escolas especiais, que atendiam (e ainda atendem) exclusivamente pessoas com necessidades educacionais especiais. Hoje se entende que essas escolas contribuíram para acentuar ainda mais a segregação dessas pessoas, porém Oliveira-Menegoto, Martini e Lipp (2010 *apud* BEYER, 2005), salientam a importância do seu surgimento, uma vez que antes disso, não havia lugar para as crianças com necessidades educacionais especiais em nenhum espaço escolar. Portanto, essas escolas facilitaram a socialização e a inserção dessas pessoas na escola, ainda que isso tenha sido feito de forma unilateral.

Na Constituição de 1988, o texto refere-se à pessoa com deficiência em capítulos distintos. Essa constituição garante a pessoas com necessidades especiais direito a saúde pública e assistência; garante a proteção e integração dessas pessoas na sociedade; proteção ao trabalho, proibindo discriminações e a educação, onde garante atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa Constituição se revela, ainda hoje, um grande avanço na questão da inclusão escolar.

No Brasil, a partir dos anos 90 é que surgem leis que garantem a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê em seu artigo 54, item III, “atendimento especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9394/1996, em seu artigo 4, III prevê “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular . Em seu artigo 58, parágrafo um estabelece que “Haverá quando necessário serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial e, ainda, em seu artigo 59,incisos I e II, afirma que os sistemas de ensino assegurarão “currículos,métodos, técnicas, recursos educativos e sistemas específicos, para atender assuas necessidades”. E, também, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos em classes comuns” (GODOY, 2002, p. 93-94).

O que se percebe é que infelizmente esse apoio especializado ainda não está totalmente implantado nas redes de ensino, haja vista que, no caso dos alunos incluídos nas escolas regulares esse atendimento fica restrito a sua professora regente e a uma professora de atendimento específico que pode ou não ter uma especialização na área da educação especial, a não serque o(a) aluno seja surdo(a) ou cego(a), pois, nesses casos, é necessário curso específico para trabalhar com eles (as). Os atendimentos clínicos que alunos precisam para um melhor rendimento tanto em sua vida escolar como na sua vida familiar e social são feitos nas escolas especializadas e também nos centros de apoio Psicossociais da cidade, onde muitas vezes os objetivos não são alcançados, seja pela grande demanda ou pela falta de profissionais para fazer esse atendimento.

### **3. Escolas especiais x escolas regulares**

Hoje grande parte das escolas especiais está passando pelo processo de se tornarem escolas regulares, e isso prejudica e muito o atendimento especializado dos alunos com necessidades especiais, pois há a questão da dupla matrícula. Portanto os alunos que frequentavam as escolas regulares e em contraturno tinham atendimentos nas escolas especiais não podem mais o fazer uso dessa ajuda e a família precisa escolher entre matricular o aluno em uma escola ou em outra. Muitas vezes a família opta por matricular seu filho em uma escola regular encantada pelo apelo da inclusão educacional e depois

se arrepende, porque por mais que a escola regular se esforce para fazer com que o aluno seja verdadeiramente incluído ainda falta muito para que essa inclusão seja realmente efetiva, principalmente no que se trata da questão da aprendizagem.

Após diversas fases históricas, embora ainda não se falasse em inclusão, já existiam ações pontuais, quer no âmbito público, quer no privado, no sentido de mediar o desenvolvimento do sujeito com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 estabeleceu, entre outros princípios, o de "igualdade e condições para o acesso e permanência na escola" e adotou nova modalidade de educação para "educandos com necessidades educacionais especiais." Desde então, a temática da Inclusão vem rendendo, tanto no meio acadêmico quanto na própria sociedade, novas e acaloradas discussões embora, ainda, carregue consigo sentidos distorcidos. Muito se fala e se discute, mas esse ainda é um tema que apresenta muitas lacunas, pois não basta apenas "incluir" uma criança com necessidades educacionais especiais dentro de uma sala de aula do ensino regular, é preciso garantir o seu acesso, permanência e principalmente o seu aprendizado, pois esta é a principal função da escola, que toda a criança que adentre uma sala de aula precisa ter garantido o seu aprendizado. Esta criança não pode ser vista apenas como uma carteira na sala de aula, ou um número no censo escolar. Nesse sentido, Oliveira-Menegoto, Martini e Lipp (2010, p.4) afirmam:

Dentre várias concepções vigentes, infelizmente, não é raro a inclusão escolar ser apreendida como um mero cumprimento da legislação, no sentido de aceitar a criança com necessidades educacionais especiais. Esta concepção na prática, no entanto, é insuficiente, uma vez que não basta abrir os portões das escolas e apenas inserir as crianças com necessidades educacionais especiais em classes regulares, sem o devido preparo e amparo das pessoas que vão lidar com ela. Nesse sentido, os professores acabam sendo forçados a assumir alunos com necessidades educacionais especiais, sem que estejam preparados e capacitados e as consequências disso podem ser desastrosas.

O que percebe-se nas redes de ensino e o que fica mais em evidência é realmente o despreparo e a falta de apoio dos professores que recebem um aluno com necessidades especiais em sua sala, principalmente quando essa

necessidade afeta o cognitivo do educando, haja vista que o objetivo maior da escola é a relação ensino-aprendizagem e esse aluno incluso tem um tempo diferente de aprendizagem, isto quando ela acontece, muitas vezes a criança não consegue nem aprender o básico para avançar em seu aprendizado ficando muitas vezes retido no mesmo ciclo de aprendizagem causando uma série de frustrações ao professor e também a sua família.

#### **4. A família em relação à educação inclusiva**

Quando falamos sobre inclusão precisamos também nos voltar as famílias dessas crianças com necessidades especiais, haja vista que as famílias necessitam de apoio para que consigam se adaptar a realidade em que se encontram, para que possam ajudar essa criança de forma que propiciem a estimulação precoce, que nesses casos é essencial para seu desenvolvimento motor e cognitivo, pois os primeiros anos de vida são os mais difíceis e onde a criança precisa muito desse apoio efetivo para que venha a se desenvolver de forma mais satisfatória. É importante lembrar que é na família o primeiro contato que a criança tem com o mundo. O que acontece muito comumente é que o esforço dos pais para ajudar o(a) filho(a) se transforma em uma obsessão de maneira que os mesmos acabam se decepcionando, pois seu desenvolvimento é mais lento e, às vezes, não respondem da maneira como é esperado. De acordo com Szymansky (2000, apud SILVA e DESSEN, 2007).

A família desempenha um papel tanto de impulsionadora como de inibidora dos processos de desenvolvimento do indivíduo, considerando as características do ambiente, bem como as relações familiares nele estabelecidas. Ela é a primeira mediadora entre o indivíduo e outros microsistemas e a cultura, transmitindo os significados culturais para os membros do seu grupo ao longo de gerações. Essa transmissão se dá mediante as práticas educativas as quais se concretizam em ações contínuas e habituais, nas trocas interpessoais.

A escola precisa estar atenta para proporcionar a família um ambiente cooperativo e acolhedor, de maneira que tanto a criança inclusa como sua família encontrem profissionais dispostos a compreender suas dificuldades bem como a troca de experiências visando um maior aproveitamento do aluno dentro do espaço escolar.

[Digite texto]

Dessa forma faz-se necessário que os sistemas de ensino proporcionem um programa intenso de formação continuada principalmente para as segundas professoras de atendimento específico, fazendo com que o trabalho seja direcionado para a necessidade e especificidade de cada aluno incluso. Hoje já vemos ações pontuais a esse respeito, porém ainda é pouco para a demanda que temos.

#### **5. O papel da gestão escolar em relação a educação inclusiva.**

Somos todos iguais em direitos, embora diferentes em nossas especificidades. Hoje sabemos que essa diversidade requer atitudes individuais que oportunizem a ação cidadã nessa especificidade. Dessa maneira cabe a gestão escolar administrar e coordenar ações para que os alunos com necessidades especiais sintam-se parte integrante e importante da escola, bem como é necessário a garantia de acesso a esses alunos a todo o prédio escolar.

Na atualidade muitas são as discussões sobre esse assunto, não por que é um tema da moda ou mais recorrente do que anos atrás, o que acontecia outrora era que as escolas, bem como a sociedade em geral eram segregadoras e excludentes por isso na atualidade tem-se a nítida impressão de que temos mais crianças com necessidades especiais do que antigamente, pois raros eram os pais que aceitavam e procuravam dar condições mais dignas para seus filhos que não se enquadravam nos padrões da normalidade vigente serem vistos como parte da sociedade.

Quando falamos em alunos inclusos também precisamos pensar nos alunos com altas habilidades que muitas vezes ficam fora das discussões quando falamos em inclusão. Esses alunos assim como os que apresentam dificuldades de aprendizagem necessitam de planejamento específico e especializado.

Se pensarmos na questão da acessibilidade podemos concluir pela simples observação que são poucos os locais que permitem total mobilidade, um cadeirante por exemplo não consegue trafegar tranquilamente pelas ruas da cidade, de qualquer cidade, sem enfrentar diversos obstáculos, pois as cidades não foram projetadas para essa população em específico, a não ser as construções mais recentes onde já se pensa nas pessoas com necessidades especiais.

Hoje, na cidade de Ponta Grossa, as escolas entendem a inclusão como um processo natural onde todas as crianças em idade escolar independente de suas limitações são incluídas nas salas de aula da rede regular de ensino. Respeitando a Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, que na sua seção IV, da educação e da cultura, em seu artigo 148, § 6 explica:

As classes de inclusão deverão contar com um professor auxiliar, especialista ou não na área de deficiência, para garantir os serviços complementares e individuais de natureza pedagógica, utilizando-se de recursos educacionais específicos e adequados às necessidades especiais dos alunos incluídos.

Observando o recorte acima da Lei Orgânica que rege o município de Ponta Grossa, fica evidente a questão do despreparo dos profissionais que trabalham com esses alunos, embora esses professores busquem o aperfeiçoamento, ainda falta muito para que a inclusão garanta a efetividade que precisa, e garanta uma inclusão com os resultados esperados de acordo com as especificidades, já que o professor não precisa ser especialista na área da educação especial.

Para isso a escola tem a necessidade estar preparada para essa realidade de modo a favorecer a tomada de ações que facilitem o processo de inclusão e o Gestor é peça fundamental dessa engrenagem fazendo com que toda sua equipe e comunidade escolar vejam a inclusão como forma de aprendizagem e crescimento de todos os integrantes da instituição escolar.

Em relação à Gestão Pedagógica Lück (2009, p. 95) nos fala:

A gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida.

Assim a Gestão escolar precisa determinar e incentivar mudanças na realidade escolar, como mudança no currículo e forma de avaliações distintas,

[Digite texto]

como também o contato com as redes de apoio que ajudarão no sucesso de aluno na escola, sem essas redes de apoio a inclusão estará fadada ao fracasso. Portanto não basta apenas a metodologia de sala de aula estar adaptada a esse aluno com necessidades especiais se dentro do contexto da escola os alunos inclusos ainda se deparam com situações constrangedoras, seja através de preconceito ou mesmo por questões de acessibilidade onde o direito de ir e vir dessas pessoas sejam de alguma forma tolhida. Nesse sentido o papel do gestor se destaca procurando atender a essa demanda da sociedade e sendo comprometido com a educação inclusiva, assim mobilizando toda a comunidade escolar para o acolhimento e mobilização contribuindo para o desenvolvimento pleno desse processo.

De acordo com esse modelo Glat (2007, p. 16) acrescenta que:

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem, precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. A proposta de educação inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e os próprios sistemas educacionais.

Nesse sentido, é fundamental discutirmos, primeiramente, a questão do desafio, no sentido de pensarmos o quanto a inclusão mobiliza todos os profissionais da escola mas de maneira especial o professor, “fazendo com que ele tenha que desconstruir inúmeros paradigmas, produto de uma formação pobre em discussões e práticas no contexto da educação inclusiva.” Oliveira-Menegoto, Martini e Lipp(2010, p.162).

Assim a estrutura hierárquica dentro da escola deve ser vista e aplicada de maneira horizontal e os conhecimentos a ser ensinados devem ser significativos aos alunos e o currículo pensado com conteúdos que contemplem as vivências dos alunos. A escola precisa adaptar-se as necessidades do aluno, e não ao contrário como é recorrente. Assim a escola torna-se

revolucionária à medida que também abre suas portas para tudo e todos e precisa articular-se ao interesse de toda a população e não apenas de poucos como ocorria há tempos atrás.

## **6. Inclusão em uma escola pública de Ponta Grossa**

As atividades desenvolvidas com os alunos precisam revelar-se no acompanhamento individual, na realização das atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, bem como atividades fora de sala de aula, mas sempre respeitando o planejamento dos professores em relação aos conteúdos, ou seja, é trabalhado os mesmos conteúdos, mas de acordo com as possibilidades e especificidades desses alunos de forma que todos participem efetivamente do processo de ensino aprendizagem.

Na escola observada as aulas são planejadas de maneira coletiva e dinâmica tendo em vista uma concepção progressista e crítica da educação, tendo como base o conhecimento prévio do(a) educando(a). O planejamento situa-se dentro de uma concepção democrática de gestão é realizado de maneira cooperativa. Os procedimentos metodológicos visam envolver os(as) alunos(as) na apropriação significativa do conhecimento através da pesquisa das mais variadas fontes (livros, jornais, revistas, entre outros.) onde se favoreça o contato com o conhecimento historicamente acumulado, utilizando-se do mesmo para mudar a realidade circundante.

Para essas crianças a escola se torna um lugar muito importante para sua socialização, haja vista, que para grande maioria das crianças além da família é no ambiente escolar que ela passa a maior parte do seu dia. Portanto é onde ela aprende regras, comportamentos e atitudes que vão influenciá-la para o resto da sua vida. Portanto quando a escola recebe qualquer criança seja com necessidades educacionais especiais ou não é de suma importância que todas as pessoas existentes naquele espaço tenham convicção da grandiosidade do seu trabalho para a escola cumprir o papel a que é destinada com propriedade. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.8)

O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada – um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes

informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares.

O papel do professor tanto com os alunos(as) ditos “normais”, quanto com os(as) alunos(as) inclusos(as) é de formar cidadãos críticos e autônomos, através de todos os processos de aprendizagem da língua escrita e falada, do raciocínio lógico-matemático, da aprendizagem lógico espacial, motora, entre outros. Todavia, para atender alunos com necessidades educacionais especiais é necessário preparação e o devido apoio para todos(as) os(as) envolvidos no processo de escolarização.

Outra questão relevante é que muitas vezes o papel da professora de acompanhamento específico desses alunos não ultrapassa muito os limites do cuidar, ou seja, oportunizando que o seu bem-estar físico se manifeste e o das outras crianças da sala não sejam prejudicados.

É preciso que a nossa sociedade que é dita como “democrática” se organize de maneira que possa garantir efetivamente e eficientemente os direitos as pessoas com necessidades educacionais especiais, e garantir esse direito não significa simplesmente integrar essa pessoa na sociedade, pois essa é uma maneira sórdida de segregação, ou seja, uma maneira mascarada de exclusão como presenciamos ainda hoje, mas sim promover a sua inclusão propriamente dita, para que garanta seu direito de participar de todos os níveis dessa sociedade respeitando suas limitações e diferenças. Pois somos iguais perante as leis, embora diferentes em nossas especificidades. E para isso não basta apenas pensar em qual nomenclatura seria mais adequada para chamar as pessoas com deficiência, mas sim pensar estratégias pedagógicas e estruturais, além de garantir que as leis para essas pessoas sejam respeitadas e colocadas em prática.

Embora todas essas leis garantam esse acesso e permanência nas escolas regulares ainda falta organização e estrutura para esse atendimento. Na escola observada encontramos quatro alunos com necessidades especiais comprovadas ( com laudo) que estão inseridas no contexto da escola regular.

Desses alunos, dois possuem Síndrome de Down e TDAH(Transtorno de Deficit de atenção e Hiperatividade) dependente para se comunicar CID. Q90.9, um aluno tem Deficiência auditiva com Implante coclear CID 10 H90.3 e um tem laudo de Esquizofrenia + TDAH com Transtorno opositivo desafiador CID 10 F.20.0 e F90. Desses alunos os três primeiros possuem uma professora de acompanhamento específico e frequentam uma sala de recursos multifuncionais em contraturno. O último tem atendimento clínico de uma psicóloga e uma psiquiatra. Este quarto aluno é um caso gravíssimo na referida escola, pois já está com quatorze anos e frequenta o 5<sup>o</sup> ano apresentando uma defasagem séria de idade-série, haja vista que seus colegas têm no máximo dez anos de idade. O aluno é extremamente agressivo, toma remédios fortíssimos e tem sua sexualidade muito desenvolvida, fato que leva seus professores e equipe de gestão ficarem sempre atentos aos seus passos e temerosos pelas suas reações. A equipe de gestão da escola já procurou todos os órgãos competentes como modo de ajuda para essa situação, conselho tutelar, assistentes sociais, psicólogos, e por último vara da infância e juventude do município, todos os profissionais concordam que esse adolescente precisava estar frequentando uma escola especial, onde ele iria ter todos os atendimentos de uma equipe multidisciplinar que iria ter condições de trabalhar melhor com seu caso, porém com a inclusão total que o nosso município defende, as barreiras para que esse aluno volte a frequentar uma dessas instituições é praticamente nula, a burocracia é muito grande. A família por sua vez não entende essa necessidade e responsabiliza e culpa a escola por tudo que acontece com o menino.

Observando esse caso percebemos o quanto a inclusão ainda é ineficaz, principalmente em casos como esse que por mais esforços que a equipe tente fazer para que esse aluno não seja apenas um número no livro de chamada e realmente participe do processo ensino aprendizagem muito pouco tende a ser feito, pois para que a inclusão realmente aconteça seria necessário o apoio de uma equipe multidisciplinar dentro de cada escola que tenha alunos incluídos para que atendam as suas especificidades, mas o que pode ser observado, essa é uma realidade ainda distante.

## **7. Conclusões**

[Digite texto]

É preciso se desvencilhar de todo e qualquer tipo de preconceito em relação as pessoas com necessidades educacionais especiais para que possam viver com a maior autonomia possível, assim a integração dessa pessoa na sociedade ocorra de maneira o mais global possível.

A escola como um todo, não está preparada para trabalhar com essa realidade que é a inclusão, não que essa seja uma realidade nova, mas ainda é preciso uma série de mudanças principalmente de paradigmas para que a inclusão de alunos (as) com necessidades educacionais especiais na escola regular aconteça e de forma com que o aprendizado se torne eficaz. Pois não basta somente incluir esses alunos, é preciso garantir seu direito a plena cidadania que muitas vezes só é conquistado com a garantia de uma educação de qualidade e que realmente inclua e não seja segregadora de pessoas, independente da sua condição, física ou intelectual.

**Referências Bibliográficas:**

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em março de 2014

GLAT, R. (Org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GODOY, H. P. **Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista:** recomendações internacionais e normas oficiais. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

LÜCK, H. **A dimensão participativa da gestão escolar.** Gestão em Rede (Brasília), Curitiba, v. 57, n. out, p. 1-6, 2004.

OLIVEIRA-MENEGOTO, L. M.; MARTINI, F. O.; LIPP, L. K. Inclusão de alunos com Síndrome de Down: discursos dos professores. **Revista de Psicologia Fractal**, v.22, n.1. Rio de Janeiro/abril 2010.

Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922010000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000100012&lng=pt&nrm=iso) Acesso em março de 2014

PONTA GROSSA, Lei orgânica do município de Ponta Grossa Consolidada e indexada até a Emenda nº 41, de 24 de maio de 2005 Seção IV da educação e cultura Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Crianças com e sem Síndrome de Down: valores e crenças de pais e professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.13, n. 3 Marília. Setembro/dezembro 2007.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382007000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000300009&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em julho de 2014.